

O resumo da ópera em português

EUGENIO GUDIN

Tal era o refrém que se ouvia, volta das 9 horas da noite, à porta do velho Teatro Lírico, nos dias de espetáculos de ópera que então se realizavam (circa 1900) nesse teatro que ocupava o local onde, posteriormente, se instalou o popular Tabuleiro da Baiana.

Os espetáculos líricos tinham grande repercussão no "set" social e artístico da cidade, que contava então com 600 mil habitantes. Nas "torrinhas" (galerias) tínhamos nós, estudantes, influência decisiva sobre o mérito, o entusiasmo ou a vaia que recebiam os artistas. Velhos, inválidos e desempregados faziam à porta do teatro a propaganda do espetáculo, distribuindo panfletos em que se dava a tradução do libreto da ópera, originariamente escrito em italiano ou francês. Éramos todos assim em 1867, como diria Fra-dique Mendes.

Devo aqui explicar a meus leitores (se é que os há, como escrevia Bernard Shaw a Churchill), que a história que acabo de contar nada mais é do que a imagem do público alfabetizado de nossa terra, nos tempos que correm, da situação econômica e financeira do país, suas origens, seus responsáveis: um resumo verdadeiro, leal e claro dessa situação.

O panorama político do Brasil, depois de mais de meio século de regime republicano, era o de um país que se via a braços com as mais árduas penas para manter a ordem política, social e financeira. No plano político forjamos, empiricamente, um regime oligárquico que mantinha a paz social e o equilíbrio entre as ambições e evitava as revoluções tão frequentes nas demais repúblicas Latino-americanas.

Quanto ao comportamento das finanças, aqui dou uma ligeira amostra dos obstáculos que enfrentamos e com que ainda nos debatemos nesta hora.

O Brasil declarou cinco vezes a moratória. A primeira foi no Governo Prudente de Moraes, sendo Rodrigues Alves o Ministro da Fazenda e Campos Salles o Presidente eleito da República, quando se negociou o primeiro "funding loan", acordo pelo qual o país adiou o pagamento de juros e amortizações. A segunda moratória foi declarada em 1914, no início da I Guerra Mundial. Durante o Governo Getúlio Vargas o Brasil suspendeu mais quatro vezes seus pagamentos ao Exterior. A primeira em 1931/32, seguida de outro acordo em 1934. Nesse ano, o Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, estabeleceu bases para o pagamento da Dívida Externa e fez um acordo de pagamento de parte das amortizações e dos juros reduzindo um serviço da dívida de 24 milhões de libras esterlinas a 8 milhões. De 1937 a 1940 a suspensão de pagamento foi completa, sendo retomada em março de 1940.

Depois disso, houve mais três renegociações de parte da dívida: em 1963, no Governo João Goulart; em 1964 no Governo Castello Branco, e em dezembro de 1982.

Encontramo-nos agora em uma grave conjuntura, talvez a mais crítica por que passou o país. O público

tem uma noção imprecisa da gravidade da situação e dos sacrifícios para evitar a falência. O quadro não difere muito do que é quase usual na América Latina, mas agravado pela falta de informações claras e verdadeiras. Em outras palavras, os brasileiros não sabem bem a quantas andam, para onde vão e por quê.

Os noticiários dos jornais e das televisões são muito informativos quanto às pessoas, aos políticos e a sua movimentação, mas muito escassos sobre qual é a real e verdadeira condição do Brasil, interna e externamente.

Nenhum dos partidos sabe bem por que veio ao mundo e a situação se agrava muito no setor econômico porque a terminologia e os parâmetros dos que respondem ou arguem, mudaram consideravelmente.

Até uma ou duas dezenas de anos atrás os índices demonstrativos eram o equilíbrio orçamentário, a taxa cambial e a posição do Tesouro. Agora não é mais assim. O dinheiro passou a ser o Rei; isto é, os acontecimentos monetários soblevam os que dizem com a real situação econômica e financeira do país.

De simples intermediário para movimentar as transações reais do comércio e indústria, o dinheiro passou a dominar o panorama e orientar a marcha dos negócios. O famigerado open onde se compra e vende dinheiro, este é disputado e manipulado por escritórios, cujo capital físico não vai além de meia dúzia de mesas, cadeiras e telefones. Seu objetivo é ganhar diferenças entre taxas de juros elevadíssimas, direta ou indiretamente, aos que estão em apuros. Em outras palavras: agiotas.

É frequente ver-se nos balanços das empresas os lucros financeiros sobrepujarem os lucros operacionais.

A transferência de atividades econômicas para as mãos do Estado deu, por outro lado, lugar à criação de mais de 500 empresas estatais, com administradores nomeados com intervenção política ou transacional, ao contrário do que acontece nas empresas privadas em que os Diretores são escolhidos por sua capacidade e produtividade.

Na lista de mais de 500 Empresas Estatais muito poucos são as que têm algum capital particular. Tudo, capital, prejuízos, concordatas, tudo, tudo acaba desmoronando no Banco Central.

Para dar uma mostra do descabro, cito uma frase há dias pronunciada, em um encontro de serviço pelo Governador Brizola, próximo ao local onde se anteprojeta obras de real utilidade pública: "Se o dinheiro esbanjado nas Delfin, nas Brastel, nas Coroas, et cetera, fosse aqui empregado, esta obra seria em pouco tempo concluída".

O público, assustado e estarrecido, quer saber do Governo onde estamos e para onde vamos, isto é, a história do que vai acontecer, algo como os panfletos de antanho que davam o resumo da ópera em português.